

DADOS PESSOAIS	
NOME	Sofia Flores Pinto Martins
NOME PROFISSIONAL	Sofia Martins
CONTACTO TELEFÓNICO	933136289
E-MAIL	sofia.martins@mirandalawfirm.com
DADOS PROFISSIONAIS	
Atividade profissional atual	
Sócia, Miranda & Associados – Sociedade de Advogados	
Resenha do Percurso Profissional	
<p>Sócia responsável pela Área de Prática de Contencioso & Arbitragem da Miranda & Associados (desde agosto de 2016)</p> <p>Associada Coordenadora da Área de Prática de Contencioso & Arbitragem da Miranda & Associados (desde agosto de 2015)</p> <p>Associada Sénior da Área de Prática de Contencioso & Arbitragem da Miranda Correia Amendoeira & Associados (desde fevereiro de 2014)</p> <p>Of Counsel na Uría Menéndez-Proença de Carvalho (fevereiro 2008 – janeiro 2014)</p> <p>Sócia, Fraústo da Silva & Associados (dezembro 2006 – fevereiro 2008)</p> <p>Associada, FSMM & Associados (março 2004 – dezembro 2006)</p> <p>Advogada-estagiária e associada, Henrique Abecasis, Andresen Guimarães & Associados (setembro 1996 – fevereiro 2004)</p> <p>Membro da International Bar Association, do International Council for Commercial Arbitration, da Associação Portuguesa de Arbitragem – APA, do CBAr e do Club Español del Arbitraje – CEA</p> <p>Presidente da Comissão de Gestão do Centro de Arbitragem da CONCÓRDIA (desde junho de 2020)</p> <p>Embaixadora da Comissão da CCI para a Iniciativa Belt & Road (desde Maio de 2019)</p> <p>Coeditora do Guia de Arbitragem da IBA (desde março de 2017)</p> <p>Officer do Comité de Arbitragem da IBA (desde março de 2017)</p> <p>Membro da Comissão de Arbitragem e ADR da CCI (desde novembro de 2015)</p> <p>Vogal do Conselho do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (2012-2019)</p> <p>Vogal da Direção da Associação Portuguesa de Arbitragem (desde 2014)</p> <p>Rapporteur para o subcomité da IBA sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (2014-2016)</p> <p>Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Arbitragem (2013-2014)</p> <p>Cofundadora e coordenadora da APA Sub 40, secção menos 40 da Associação Portuguesa de Arbitragem (2011-2013)</p> <p>Cocordenadora do CEA-40, secção menos 40 do Club Español del Arbitraje (2010-2012)</p>	
Experiência Arbitral	
<p>Como counsel, co-counsel ou local counsel, participação em várias arbitragens (ICC, LCIA, ad hoc e Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa) e/ou aconselhamento em fase pré-litigiosa, sujeitas a direito Português, Francês, Angolano, Moçambicano, Santomense, Cabo-verdiano, bem como em ações de anulação. Seguem alguns dos exemplos mais recentes:</p>	

- (i) Mandatária de co requerida em três litígios administrados pela CCI, com sede em Lisboa, relacionados com alterações legislativas com impacto em contratos de aquisição de energia elétrica em execução, despoletados por entidades detidas por investidores estrangeiros contra a cocontratante portuguesa
- (ii) Aconselhamento pré-litigioso relacionado com potencial litígio contra empresa pública detida por Estado Africano relacionada com contratos de partilha de produção, designadamente com cláusulas de estabilidade (acordo)
- (iii) Representação da Demandante, em colaboração com escritório internacional, em arbitragem de investimento administrada pela Corte Permanente de Arbitragem, com sede na Haia, contra um Estado Africano relacionado com a concessão de infraestruturas ferroviárias e portuárias e em arbitragem administrada pela CCI relacionada com o mesmo tema
- (iv) Mandatária de Estado Africano em litígio administrado pela Corte Permanente de Arbitragem relacionado com contrato de consultoria
- (v) Mandatária de empresa construtora portuguesa em litígio ad hoc relacionado com a construção de estaleiro de reparação naval, intentado pela concessionária pública do mesmo
- (vi) Representação de empresa construtora portuguesa em arbitragem administrada pela CCI, com sede em Portugal, relacionada com a construção de parques eólicos offshore

Como árbitro, coárbitro ou árbitro único, participação em vários procedimentos arbitrais. Seguem exemplos mais recentes:

- (i) Coárbitro em litígio relacionado com o mecanismo de revisão de preço no âmbito de um contrato de compra e venda de ações entre uma empresa espanhola e uma empresa portuguesa, sujeito a lei portuguesa e administrado pelo CAC-CCIP
- (ii) Árbitro único num litígio administrado pela CCI e sujeito a direito espanhol, entre uma empresa espanhola e uma empresa italiana, relacionado com um contrato para conceção, fabrico e transporte de certos componentes a instalar em fábrica situada na Argentina
- (iii) Árbitro único num litígio administrado pela Corte de Arbitraje de Madrid, sujeito a direito espanhol, entre uma empresa espanhola e uma empresa do médio oriente relacionado com um contrato de publicidade
- (iv) Árbitro Presidente num litígio administrado pela Corte de Arbitraje de Madrid, sujeito a direito espanhol, entre uma empresa espanhola e uma empresa norte-americana relacionado com um contrato de distribuição
- (v) Árbitro presidente num litígio administrado pela CCI, sujeito a direito espanhol, entre uma empresa holandesa e uma empresa espanhola, relacionado com um contrato de reparação de uma embarcação (terminou por acordo)
- (vi) Árbitro Presidente num litígio administrado pela CCI, sujeito a direito espanhol, entre três pessoas singulares de nacionalidade egípcia e filial espanhola de empresa multinacional do setor da aviação, relacionado com um contrato de prestação de serviços
- (vii) Árbitro Presidente num litígio administrado pela CAM-CCBC, sujeito a direito brasileiro, entre pessoas singulares brasileiras e uma empresa holandesa, relacionado com uma transação de M&A
- (viii) Árbitro Presidente num litígio administrado pela AMCHAM, sujeito a direito brasileiro, entre duas empresas brasileiras, uma das quais filial de uma multinacional na área de IT, relacionado com um contrato de prestação de serviços (terminou por acordo)
- (ix) Árbitro Presidente num litígio administrado pela CCI, sujeito a direito brasileiro, entre duas empresas brasileiras, uma das quais filial de uma empresa chinesa, relacionado com um contrato de construção de parques solares
- (x) Árbitro Presidente num litígio administrado por la CCI, sujeito a Direito egípcio, entre uma empresa francesa e a sua filial egípcia contra uma empresa egípcia, relacionado com um contrato de compra e venda de ações

(xi) Coárbitro em litígio administrado pelo CAC-CCIP, sujeito a direito português, entre duas empresas portuguesas da área da saúde, relacionado com um contrato de prestação de serviços
(xi) Coárbitro em litígio administrado pelo CAC-CCIP, sujeito a direito português, entre empresas portuguesas da área da saúde, relacionado com um mecanismo de revisão de preço num contrato de compra e venda de ações

Áreas de exercício preferencial

Direito das obrigações, direito das sociedades

Trabalhos Publicados (áreas)

Trabalhos mais recentes:

2017 – Lei de Arbitragem Anotada, Almedina/Associação Portuguesa de Arbitragem, 3.ª Edição – Coord. Dário Moura Vicente

2019 – A relevância das regras deontológicas no desenvolvimento da arbitragem em Portugal, Estudos em Homenagem a Agostinho Pereira de Miranda, março 2019 (Coatora)

2019 – Lei da Arbitragem Voluntária Anotada, Almedina/Associação Portuguesa de Arbitragem, 4.ª Edição, Coord. Dário Moura Vicente

2019 - Diferenças culturais na arbitragem internacional: um verdadeiro problema?”, in Arbitragem Comercial - Estudos Comemorativos dos 30 anos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, junho 2019 (Coatora)

2019 – “A “cláusula da nação mais favorecida”: evolução interpretativa quanto à sua aplicação aos mecanismos de resolução de litígios”, E-Pública, setembro 2019 (Coatora)

2020 – “Litígios entre Privados em Setores Regulados”, in Mediação e Arbitragem na Administração Pública, Brasil e Portugal, Almedina

2020 – Lisbon Court of Appeals Denies Security Pending Suspension of Recognition of Foreign ICC Award, in ICC Dispute Resolution Bulletin, Issue 2

2020 – International Arbitration in Portugal (capítulo sobre instituições arbitrais), Wolters Kluwer

2020 – Capítulo português de Inquérito da IBA sobre o impacto da COVID-19 na atividade dos tribunais estaduais

2021 – Lei da Arbitragem Voluntária Anotada, Almedina/Associação Portuguesa de Arbitragem, 5.ª Edição, Coord. Dário Moura Vicente

Idiomas Profissionais

Português (língua materna), Inglês (bilingue), Espanhol (boa compreensão escrita e oralidade) e Francês (boa compreensão escrita e oralidade razoável)

Associação/Ordem Profissional

Ordem dos Advogados Portuguesa – CP 14697-L

Declaro para os efeitos previstos no disposto no art.º 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU)2016/679 do P. E. e do Conselho de 27 de abril (RGPD) prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais pelo Instituto de Arbitragem Comercial.

Sofia Mendino

Data 18.5.2021

Assinatura _____



ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL
DO PORTO

